

33º Encontro Anual da Anpocs
26 a 30 de outubro de 2009, Caxambu - MG

GT 40: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea

Possibilidades e Dilemas do Trabalho nas Cooperativas da Economia Solidária

Eliene Gomes dos Anjos

Possibilidades e Dilemas do Trabalho nas Cooperativas da Economia Solidária

Eliene Gomes dos Anjos¹

1. Introdução

Os primórdios do cooperativismo estão imbricados nas lutas do movimento operário, na busca de alternativas de emancipação pelo trabalhador da sua subsunção ao capital. Essa forma de organização social e de produção, proposta no século XIX pelos teóricos das lutas operárias, retorna à pauta da discussão contemporânea com ares renovados quanto à potencialidade de gerar trabalho e renda para segmentos da classe trabalhadora que estão parcialmente incluídos no mercado de trabalho.

Segundo Rodriguez (2002, p. 335), a prática social e econômica do cooperativismo “[...] inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade”. Esses valores estão consolidados em princípios não-capitalistas de organização empresarial e referenciados historicamente nas aspirações libertárias daqueles que se encontram em situação de subalternidade ou exclusão.

Neste sentido, a teoria e as práticas cooperativistas ocupam lugar de relevância na discussão sobre as formas de superação da dicotomia capital-trabalho, pois as cooperativas inserem-se na sociedade capitalista como unidades produtivas, as quais concorrem com outras que obedecem exclusivamente à lógica capitalista. Essa discussão encontra-se, principalmente, nos autores que defendem a tese do desenvolvimento alternativo e ressaltam a relevância dos movimentos de base local e o poder popular na transformação de suas realidades (SANTOS, 2002; SINGER, 2003; GAIGER, 2004a).

Com a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista a partir da década de 1970, o cooperativismo ampliou-se e deu origem a diversas experiências. Inicialmente, Lima (2006) destacou as falsas cooperativas, criadas unicamente por empresas, ou sugeridas por estas, para reduzir os custos empresariais com a força de trabalho e aumentar a competitividade no mercado. A utilização dessas para a acumulação flexível do capital é

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, Diretora Geral da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social – ABRAPPS, professora de Sociologia da Faculdade Anísio Teixeira – FAT.

possível devido ao caráter híbrido das cooperativas, o que propicia modelos cooperativos bastante distintos. Entretanto, Lima não atribui a expansão do cooperativismo apenas às transformações econômicas, mas também às mudanças culturais e políticas.

Analisando a realidade da América Latina, o autor argumenta que o movimento cooperativista praticado não se limitaria a uma resposta ao desemprego, resultante dos processos de abertura de mercados e as transformações tecnológicas e organizacionais, mas veio a abranger também formas alternativas de produção. Neste sentido, avalia:

Na América Latina, assistia-se a movimentos [...] pela manutenção de empregos [...] Esses movimentos assumiram distintas dimensões em países como o Brasil e Argentina. No Brasil, vieram a se construir progressivamente organizações de apoio à recuperação de empresas falidas e em processo falimentar. Na Argentina, na década de 2000, a crise política e econômica tem levado ao movimento das fábricas recuperadas. Esses movimentos, que no Brasil, foram incorporados ao ideário da economia solidária, resgatam a proposta da cooperativa como uma possibilidade da emancipação dos trabalhadores na direção de um novo socialismo (LIMA, 2006, p. 75-76).

O reconhecimento da existência das falsas cooperativas não impede que nos voltemos para aquelas que representam novas alternativas de trabalho e produção. Essas cooperativas desencadearam um movimento baseado na autogestão, uma alternativa num mercado cada vez mais restrito, com potencialidade de “autonomia no trabalho e, talvez, uma maior conscientização na direção de um projeto político próprio desses trabalhadores” (Lima, 2006, p. 77).

Nesta perspectiva, diversas cooperativas se identificaram com a economia solidária e desenvolveram singularidades em relação às suas congêneres.

Na verdade são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o conseqüente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social, poderão defender-se melhor do capital, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas (QUIJANO, 2002, p. 486).

A partir da década de 1990, houve uma multiplicação das cooperativas de trabalho, sobretudo no setor industrial. Lima (2004) atribui esse crescimento à terceirização de atividades, à desregulamentação dos mercados de trabalho, ao enfraquecimento sindical e ao desemprego. A Organização das Cooperativas no Brasil (OCB) apresenta, no Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2008), o ramo do trabalho como o que tem maior número de cooperativas, superando o agropecuário, que historicamente liderou as estatísticas. Há 1.826 cooperativas de trabalho no universo de 7.672 registradas na OCB. Somente na década de 1990 houve uma ampliação de 280% desse ramo, passando de 629 cooperativas, em 1991, para 2.391, em 2001.

No Brasil, o cooperativismo é liderado historicamente pelas regiões Sul e Sudeste. Porém, em 2007, as regiões Nordeste e Norte ampliaram seu desempenho com aumentos de 6,3% e 5,5% respectivamente, se comparado a 2006. Todos os ramos de atividades das cooperativas juntos participaram em 2007 com 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que correspondeu a mais de R\$ 126,6 bilhões, equivalentes a um crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior (Anuário OCB, 2008, p.10).

Além disso, centenas de cooperativas que não são registradas na OCB não engrossam as estatísticas para dimensionarmos a efetiva atuação do cooperativismo na economia brasileira. Por outro lado, o Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Secretária Nacional da Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mapeou uma parcela das pequenas e médias cooperativas, identificadas com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)².

Neste mapeamento, realizado em todas as regiões do Brasil entre 2005 e 2007, estão cadastrados 21.855 empreendimentos, que têm em comum realizarem atividades econômicas com gestão coletiva do trabalho e dos seus resultados. Desse universo, 2.111 são cooperativas, equivalendo a 9,7 %, dos EES³. Além delas, temos 51,8% de associações e

² Para definir as unidades que foram pesquisadas, elaborou-se o conceito de EES, definindo estes como organizações: a) coletivas e suprafamiliares, cujos participantes ou sócios dos meios urbano e rural, que exercem a gestão coletiva das atividades e dos seus resultados; b) permanentes e não práticas eventuais; c) que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; d) que realizem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário; e) singulares ou complexas.

³ Não podemos somar as cooperativas registradas na OCB e as mapeadas pela SENAES, pois incorremos no erro de contar duas vezes o mesmo empreendimento. A legislação cooperativista brasileira não obriga o

36,5% de grupos informais. Nas experiências cooperativadas relacionadas à economia solidária ou ao movimento social, atribui-se uma consciência social e política aos trabalhadores quando optam por este modelo de organização, visando escapar às regras capitalistas de trabalho e produção. Autores que pesquisam os empreendimentos da economia solidária, como Singer (2003), Gaiger (2007) e Coraggio (2007), analisam que esses têm potencialidade de se constituir em espaços de emancipação social que permitiriam experiências apartadas da relação salarial, construindo novos sentidos para o trabalho.

Nesse contexto, pretende-se responder às seguintes questões: qual a reconfiguração do trabalho nas cooperativas de trabalho e produção mapeadas como empreendimentos econômicos solidários? Em que medida essas experiências de trabalho superam a cultura assalariada e proporcionam um processo de emancipação social e de autogestão? De acordo com análises preliminares, estas cooperativas se caracterizam simultaneamente por práticas democráticas e por sérias dificuldades em garantir direitos e benefícios aos seus associados (ANJOS, 2009).

2. Práticas e sentidos das cooperativas para a classe trabalhadora

Diante de um cenário de escassez de oportunidades para inserção de um número considerável de trabalhadores, as cooperativas avançam em diversos contextos sociais. Não há um consenso se esses empreendimentos constituem-se em alternativas emancipatórias de geração de trabalho e renda ou adaptam-se ao cenário de flexibilização dos direitos trabalhistas, reduzindo os custos empresariais. Essa ambivalência nas conclusões sobre o fenômeno expressa a heterogeneidade desse campo de estudo.

Os diagnósticos divergentes em torno das potencialidades das experiências cooperativas remetem ao século XIX, entre os chamados socialistas utópicos e os científicos. Os utópicos foram assim denominados porque defendiam a possível substituição do mercado por instrumentos de cooperação, bem como a extinção da propriedade privada por meio de um regime de co-propriedade dos meios de produção. Esses socialistas acreditavam no

registro na OCB e diversas cooperativas identificadas com o movimento social, como as dos assentamentos de reforma agrária, não têm inscrição nesta organização.

caráter revolucionário das cooperativas, como forma de superar as precárias condições de vida e de trabalho dos operários, baseando-se em princípios de solidariedade e cooperação.

As aldeias cooperativas de Robert Owen e os falanstérios – comunidades autogeridas – de Charles Fourier são exemplos dessa tese. Esses pensadores indicavam que a solução para a repartição mais adequada da riqueza social não decorreria apenas da supressão da propriedade privada; mas, sim, da transformação do regime de propriedade por meio da associação e da cooperação. Eles propunham uma modificação do sistema econômico por meio da cooperação e, especificamente, por meio das empresas cooperativas, sejam elas de produção, de consumo ou de crédito (BIALOSKORSKI, 2006).

Já os socialistas científicos foram assim intitulados porque acreditavam nos processos revolucionários para construir um novo sistema econômico, baseado na tese do materialismo histórico. Eles consideravam que a justiça social e a igualdade só poderiam ser alcançadas quando suprimida a propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, instituindo-se a apropriação coletiva do resultado do trabalho. A estrutura social teria por fundamento a organização dos indivíduos em organismos verdadeiramente comunitários, a exemplo das comunas, que coexistiriam e posteriormente sucederiam o Estado (Idem, 2006).

Esse grupo acredita que a participação dos indivíduos deveria ser obrigatória - isto é, todos deveriam trabalhar - e só a partir dessa nova forma de produção é que se daria a construção de um sistema econômico igualitário e justo. “O materialismo histórico trabalha com a tese de que somente as transformações materiais e do sistema de produção serão capazes de transformar as relações sociais existentes e, portanto, propiciar a formação de uma nova sociedade” (BIALOSKORSKI, 2006, p. 23). Advém daí o alerta de Marx para as cooperativas operárias, enfatizando o risco de os trabalhadores se auto-explorarem como patrões de si mesmos, devido às imposições mercantis (LIMA, 2004).

Apesar das ressalvas de Marx quanto à potencialidade de emancipação da classe trabalhadora por meio das cooperativas, estas foram propostas pelo movimento operário como forma de resistência e alternativa ao capital. A criação da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, próximo a Manchester, Inglaterra, por operários da indústria têxtil, voltada ao consumo de bens, e posteriormente, em 1850 e 1854, respectivamente, a criação de uma cooperativa industrial – um moinho - e uma tecelagem e

fiação, é um exemplo célebre do enfrentamento das péssimas condições de vida e trabalho desses operários, ao expressarem aspirações libertárias na cooperativa.

No final do século XIX, o cooperativismo tornou-se um grande movimento social, o que propiciou, em 1895, a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que ratificou, até os dias atuais, os princípios basilares de Rochdale, tais como: a adesão voluntária e livre de seus membros, a gestão democrática, a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital, a educação e a formação dos sócios e a intercooperação no sistema cooperativista (LIMA, 2009).

No decorrer da maior parte do século XX, as cooperativas tiveram seu crescimento vinculado a crises econômicas e à formação de frentes de trabalho em diversos estados europeus, nos quais os princípios cooperativistas nem sempre eram seguidos (LIMA, 2009 p. 92). Com a ascensão do estado do bem-estar social e a consolidação do assalariamento no velho continente, houve um decréscimo do número de cooperativas, só retornando ao cenário das lutas operárias no final da década de 1960 com os movimentos contraculturais, que veem nas experiências associativas uma alternativa ao desencantamento com o capitalismo e o socialismo de Estado (LIMA, 2004)⁴.

A partir da década de 1970, nos países periféricos, as políticas de fomento de cooperativas foram apoiadas por órgãos internacionais, objetivando reduzir a pobreza, através de iniciativas de geração de renda em atividades localizadas em áreas rurais. Lima (2004) conclui que essa prática por parte desses organismos internacionais visava minimizar a pressão sofrida pelos Estados autoritários, principalmente na América Latina com os governos militares, atenuando os conflitos agrários, sem alterar a estrutura de dominação vigente.

Na região Nordeste do Brasil, por exemplo, o cooperativismo que predominou no meio rural reproduziu as relações de dominação praticadas. A maioria das cooperativas criadas no decorrer do século XX não se constituiu em alternativa emancipatória para os que se encontravam em situação de subordinação; ao contrário, serviu aos coronéis da região,

⁴ Durante o século XX, diversas cooperativas foram criadas nos países do socialismo real. Todavia, não havia uma autonomia cooperativa, constituindo-se, como é o caso das experiências soviéticas, em empresas integrantes do planejamento estatal (LIMA, 2009).

que detinham o poder político e econômico, criando uma resistência à prática cooperativista, que passou a ser identificada com os mandatários (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Nas três últimas décadas do século XX, o movimento cooperativista adquiriu novo fôlego como resposta a demandas distintas. Retomou seu caráter alternativo para a classe trabalhadora, tornando-se instrumento de fomento para segmentos parcialmente incluídos no mercado de trabalho e respondeu igualmente à reestruturação produtiva, resultante das transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais, denominada por Harvey (1992) de acumulação flexível.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve uma efervescência de cooperativas, sobretudo de intermediação de mão-de-obra no setor industrial. Para Antunes e Druck (2007), este crescimento é resultado do regime de acumulação flexível, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a utilização das cooperativas no processo de terceirização. Em 1994, foi criada no Brasil uma lei que possibilita às empresas a contratação de cooperativas constituídas por trabalhadores associados e não-assalariados, sem caracterização de vínculo empregatício. Segundo os autores citados acima, a partir dessa lei, as cooperativas de trabalho tornaram-se a modalidade de terceirização mais utilizada pelas empresas (idem, p.41).

Entretanto, outros motivos também contribuíram para a multiplicação de cooperativas no contexto brasileiro. A emergência de empreendimentos relacionados ao conceito de economia solidária nos anos de 1990 estimulou a criação de cooperativas como alternativa à redução dos postos de trabalho. A questão do desemprego provocado pela reestruturação produtiva é um dos fatores que impulsionaram este surgimento (Singer, 1998b); todavia, este não é o único fator causal. Gaiger (2004) analisa as diversas circunstâncias que propiciaram o crescimento de empreendimentos relacionados à economia solidária. Dentre estes, estão cooperativas que foram criadas por iniciativa dos trabalhadores.

A emergência dos empreendimentos solidários é atribuída por Gaiger (2004, p. 374-377) à conjunção de diversos fatores. Entre eles, destacam-se: primeiro, as práticas associativas, comunitárias ou de classe presentes nos setores populares, as quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e possibilitaram a criação de organização para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Segundo, a existência de organizações e

lideranças populares genuínas que buscam assegurar a interlocução com os agentes externos. Terceiro, a existência da possibilidade de compatibilizar as práticas econômicas associativas desenvolvidas no âmbito da economia solidária com as da economia popular. Quarto, a existência de entidades e grupos de mediação que canalizam as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias.

Esses agentes orientam formas de vida econômicas, já praticadas para uma lógica de ruptura com a condição subalterna em que se encontram, os setores populares, almejando uma lógica de emancipação social e econômica. Além desses fatores, soma-se a criação de um cenário político ideológico de reconhecimento das demandas e alternativas criadas nos setores populares, apoiadas por segmentos dos movimentos sociais e pela institucionalidade política.

É numa realidade diversificada que os diversos tipos de cooperativas serão apreendidas como objeto empírico de análises distintas. Faz-se necessário construir o campo pesquisado para que não ocorra mutilação do objeto investigado e a simplificação do problema. Neste sentido, Lima (2009) argumenta,

[...] Da mesma forma que as cooperativas foram organizadas pelos trabalhadores como reação ao desemprego e como possibilidade de construção de uma alternativa democrática e autônoma, elas também foram percebidas pelos empresários como meio de rebaixamento de custos, na lógica da competitividade internacional em redes de terceirização (2009 p. 93-94).

Em diversos estudos sobre as cooperativas de trabalho, em regiões distintas do Brasil, Lima (2002; 2006) aponta a utilização dessas para flexibilizar as relações trabalhistas, e como consequência, a precarização do trabalho, expondo o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade. Uma pesquisa realizada por esse autor na região Nordeste do Brasil demonstrou que o crescente número de cooperativas de trabalho nas zonas rurais estava atrelado à política de estímulo de modernização dessas áreas por parte dos governos estaduais, com a transferência de diversas fábricas do Sul e Sudeste do país. As cooperativas eram criadas independentemente da vontade do trabalhador, sendo a forma mais eficaz de diminuir os custos para o capital.

[...] recuperou-se a idéia de cooperativa, mas precisamente de cooperativa de produção industrial, uma novidade na região [...] A idéia nova estaria na indução da terceirização, através de uma política de governo, no qual o estado treinaria os trabalhadores e a empresa parceira teria a função de prover os dois elos que faltavam nas atividades de pequeno porte: a tecnologia [...] e o acesso ao mercado (LIMA, 2002:62).

Pesquisas recentes, realizadas por Lima (2006) e Silva (2007) em cooperativas de trabalho industrial na região metropolitana de Salvador e São Paulo, demonstram que os trabalhadores, ao optarem pelo modelo cooperativo como forma de garantir trabalho e renda, estão constituindo relações precárias de trabalho, porque não detêm autonomia sobre seu trabalho. A maioria dessas cooperativas segue o cronograma imposto pela contratante, restando ao trabalhador sua subordinação à empresa como forma de garantir contratos futuros.

O crescimento das cooperativas de trabalho e produção industrial no Brasil pós-90 [...] resultou dos processos de adequação da economia brasileira a um mundo globalizado e suas implicações em termos de crescimento do desemprego e da informalização do mercado de trabalho. Na década de 90, diversas empresas passaram a demitir trabalhadores, sugerindo que se organizassem em cooperativas para prestar serviços como subcontratados por essas mesmas empresas (LIMA, 2006, p.102).

A ascensão desse tipo de cooperativismo autoriza alguns autores a criticar as cooperativas de trabalho, como Druck (2007), alertando para a idealização dessas práticas.

Neste quadro de crescimento e diversificação da terceirização em velhas e novas modalidades, considera-se que o uso de cooperativas é a forma mais perversa, pois precariza legalmente o trabalho, já que é descoberta por legislação específica, e alimenta a ilusão de trabalhadores que acreditam ser a cooperativa uma experiência de autogestão, de trabalho solidário e uma alternativa ao desemprego (2007, p. 48).

Uma análise crítica desse fenômeno torna-se relevante, uma vez que as cooperativas ora são apresentadas como estratégia de flexibilização e precarização do trabalho (DRUCK, 2007), ora como empreendimentos distintos dos mercantis, com potencialidade de emancipação social e construção de um novo conceito de trabalho, não mais subordinado ao capital, mas constituído de forma associativa e autogestionária (TIRIBA; PICANÇO, 2004).

Neste contexto, diversas pesquisas demonstram o retorno às práticas cooperativas como incentivo a novas formas de atuação, a partir de um reposicionamento político-ideológico, impulsionando ações como as relacionadas ao associativismo, que buscam transformações limitadas, mas concretas. (LAVILLE; GAIGER, 2009). Na análise de Rodriguez (2002), as cooperativas de trabalho e empresas solidárias populares representam uma estratégia promissora, capaz de sobreviver em um mercado crescentemente global.

Há diversas cooperativas que buscam promover trabalho e renda a uma parcela significativa dos que estão à margem do setor produtivo. Essas cooperativas autogeridas pelos próprios trabalhadores assumem papel de protagonistas na esfera pública, sendo estimuladas a partir de políticas públicas do governo, e na sociedade civil, pelos movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Lima (2009) avança no debate sobre o papel que cumprem as cooperativas para os trabalhadores, afirmando que:

As cooperativas de trabalho e produção representam uma alternativa de ocupação e renda em um mercado de trabalho segmentado e altamente informal. Apontam um caminho em que a autogestão constitui uma possibilidade em frente ao assalariamento, sem que ela necessariamente signifique precarização. A observância dos princípios cooperativistas para garantir melhores condições de trabalho e renda ao trabalhador, com a manutenção dos direitos básicos vinculados à atividade realizada sob formas coletivas de gestão, havendo a possibilidade inclusive de ampliá-los (p. 94-95).

O trabalho associado e autogestionário forjado nas cooperativas identificadas com o conceito de economia solidária encontra-se num processo *continuum*. Conforme Tiriba e Picanço (2004), essa experiência em construção alimenta-se das vivências anteriores com o trabalho assalariado, buscando atribuir novas configurações e sentidos para construir uma nova cultura do trabalho. Portanto, é imprescindível diferenciar essas cooperativas daquelas que se valem da precarização do trabalho apenas para a redução dos custos empresariais.

É neste sentido que elegemos as cooperativas de trabalho do campo da economia solidária como objeto empírico da pesquisa. Devido aos diferentes conceitos sobre cooperativas de trabalho, aqui as definimos de acordo com Lima (2009):

Por cooperativas de trabalho, entendem-se formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo. Essas cooperativas têm como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social (2009, p. 91).

Com essa pesquisa, almejamos focalizar as alternativas a que os trabalhadores recorrem para garantir sua reprodução num contexto de intensificação da exploração do trabalho e de reinvenção das utopias. Por esta razão, analisamos as cooperativas a partir de uma perspectiva denominada por Santos (2008) de sociologia das ausências. Esta é composta por cinco lógicas, chamadas de ecologias, que se destinam a tornar visíveis os conhecimentos não hegemônicos⁵, desprezados ou não reconhecidos.

A sociologia das ausências substitui monoculturas por ecologias. A primeira, ecologia dos saberes, se refere à lógica da monocultura do saber e do rigor científico que precisa ser confrontado com outros saberes e outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais. A segunda, ecologia das temporalidades, questiona a imposição do tempo linear, afirmando que esta é uma entre as muitas concepções de tempo. A terceira, ecologia dos reconhecimentos, busca uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença. Uma ecologia de reconhecimentos recíprocos. A quarta, ecologia das trans-escalas, trata da lógica do universalismo abstrato e da escola global: a sociologia das ausências recupera as aspirações universais ocultas e de escalas locais/globais, alternativas que não resultam da globalização hegemônica (idem, p. 105-113).

Finalmente, a quinta ecologia, a das produtividades, situa-se na lógica produtivista e refere-se diretamente ao nosso objeto de estudo. Conforme Santos,

[...] a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc. que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (2008, p. 113).

⁵ Santos (2008, p. 105) denomina de ecologia “a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas”.

Dessa maneira, a sociologia das ausências possibilita uma análise da realidade social através da experimentação e da reflexão sobre alternativas econômicas realistas para a construção de uma sociedade menos desigual. Essa perspectiva analisa “de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem às alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (2002, p. 26).

A escala destas iniciativas é tão variada quanto as próprias iniciativas. O âmbito das alternativas engloba desde micro-iniciativas levadas a cabo por grupos sociais marginalizados do Sul global, procurando reconquistar algum controle das suas vidas e bens, até propostas para uma coordenação econômica e jurídica de âmbito internacional destinada a garantir o respeito por padrões básicos de trabalho decente e de proteção ambiental, novas formas de controle do capital financeiro global, bem como tentativas de construção de economias regionais baseadas em princípios de cooperação e solidariedade (SANTOS, 2008, p. 114).

A economia solidária se insere neste campo de alternativas investigado por Santos (2002). Ela se volta para a construção de um conceito de economia que englobe os diversos aspectos da vida social, não se limitando apenas ao econômico, mas privilegiando o social e o político. Esse movimento, que no Brasil privilegia os que estão à margem da economia mercantil, propõe uma organização de trabalho e produção consolidada na solidariedade e na busca por mudanças sociais (CATTANI, 2003).

3. A constituição do trabalho associado

O debate em torno do trabalho adquire uma dimensão mais polêmica quando se analisa a sua configuração nas cooperativas. Pesquisas realizadas com cooperativas autênticas que observam os princípios do cooperativismo e se identificam com o conceito de economia solidária apontam a destituição da primazia econômica do trabalho, por outra racionalidade baseada na livre associação (VIEITEZ e DAL RI, 2001; GAIGER, 2007)⁶.

⁶ Estamos chamando de cooperativas autênticas aquelas que são autogestionárias, que observam os princípios do cooperativismo e não foram criadas como subterfúgio para reduzir os custos com os direitos trabalhistas. Dentro desse universo, encontram-se-iam as cooperativas da economia solidária.

Não obstante, não há um autor que tenha empreendido uma sistemática construção teórica sobre o trabalho associado. Contudo, com a disseminação de empreendimentos sob a direção dos trabalhadores que se encontram excluídos ou incluídos ocasionalmente no mercado formal de trabalho, diversos pesquisadores tentam uma definição mais elaborada sobre a forma que o trabalho assume nestes empreendimentos específicos.

Na pesquisa realizada por Vieitez e Dal Ri (2001), investigou-se o trabalhador típico da autogestão, associado e não-assalariado. Este trabalhador não é compelido a vender a sua força de trabalho, típico da relação capitalista, ele é o dono do seu trabalho e detentor do resultado deste. Assim sendo, estaria suprimida a mais-valia extraída do assalariamento e o trabalho alienado identificado por Marx. O trabalho associado recupera a integridade do trabalhador ao restituí-lo como ser social que se insere num setor produtivo, para garantir, parafraseando Coraggio (2007), a reprodução ampliada da vida.

[...] o associado distingue-se do assalariamento pelo fato de que o ato de associação concede-lhe estabilidade no posto de trabalho, ou seja, o direito de manter-se como membro da comunidade de trabalho por todo o tempo de sua vida útil como trabalhador, observadas evidentemente, a sobrevivência do empreendimento e certas regras coletivamente estabelecidas (VIEITEZ, DAL RI, 2001).

Entretanto, não podemos afirmar que o trabalho associado está concluído e proliferando-se como cultura de um novo trabalho nas empresas autogestionárias, e, particularmente, nas cooperativas relacionadas com a economia solidária. As investigações empíricas demonstram que existe nos empreendimentos da economia popular e solidária uma racionalidade distinta da lógica capitalista, porém passível de contradições (TIRIBA e PIKANÇO, 2004). Dessa forma, constata-se diversos trabalhadores reproduzindo no interior dessas organizações a mesma divisão do trabalho da empresa mercantil e sua hierarquização. Além disso, um número significativo das pessoas que se inserem nas cooperativas espera garantir nestas os mesmos direitos que teriam caso estivessem filiados à relação assalariada (NARDI, 2007).

Com o atual contexto de reestruturação produtiva, várias formas de trabalho são (re)criadas, cujo sentido não se limita à reprodução do capital, mas da própria vida. Citando

Razeto (1993), Tiriba e Picanço afirmam que o “trabalho associado vem se apresentando como estratégia de vida e/ou como estratégia de sociedade” (2004, p. 24). Ainda na visão das autoras,

No processo dialético de fazer, pensar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é o princípio educativo e, ao mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores, é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho (idem, p. 29).

Este modo dialético de construir uma nova cultura do trabalho, ressaltado pelas autoras acima, evidencia o processo de elaboração do que seja o trabalho associado. Entretanto, não é possível afirmar que temos um trabalho emancipado, dotado de sentido para a realização do ser social, ou genérico, conforme Marx, mas um contínuo fluxo e refluxo para ir além da relação assalariada e a constituição de um trabalho que seria baseado no valor de uso e na valorização dos que são seus produtores.

O trabalho associado nas cooperativas autênticas permitiria a reelaboração do próprio conceito de trabalho. Este trabalho não seria mais alienante, nem desumanizador, pelo contrário, pois permitiria a constituição de valores éticos, como a cooperação entre iguais e para proveito do bem comum. Essas cooperativas estão constantemente desafiadas a garantir eficiência econômica, propiciando a reprodução material dos seus atores no sentido que perpassa as condições materiais de existência, pois remete a uma noção de realização do ser pelo trabalho.

Esta noção de trabalho evoca o conceito desenvolvido por Coraggio (2007), de economia do trabalho. O autor coloca o trabalho como categoria central de análise em detrimento do capital, ressaltando a nova significação do capital humano, que não se limita a ser insumo do capital, mas uma categoria dialética com seu próprio sentido e dinâmica para a reprodução ampliada da vida (2007, p. 184). Ainda na visão deste autor, a

[...] única alternativa real es devolver a centralidade al trabajo, como mecanismo de integración, de restitución de la dignidad humana y la fuerza social necesaria para reclamar la igualdad de derechos efectivos, sin sacrificarlos ante los matices dela “equidad” o de una ilusión de “igualdad de oportunidades” em la línea de partida (2007, p. 187).

Ao buscar resgatar o sentido do trabalho como realização dos seus produtores, ao invés da alienação e estranhamento, os trabalhadores que se inserem em cooperativas autênticas gestam seu labor e se desfazem da subsunção imposta pelo capital nos primórdios da Revolução Industrial no século XVIII, quando separou os trabalhadores dos meios de produção, transformando-os em mercadorias. Nesta perspectiva analítica, Gaiger (2007) infere mudanças nas relações de trabalho nos empreendimentos econômicos solidários que cumprem com seus objetivos econômicos e sociais.

Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se não suficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 2007, p. 8).

4. A economia solidária

Conforme Singer (2003), a economia solidária emerge na década de 80 como uma nova proposta para organizar a economia e a sociedade. Essa proposta não é nova entre os trabalhadores, porém estaríamos diante de uma reinvenção com ênfase na democracia, igualdade e autogestão como princípios norteadores. Na visão de Singer, a economia solidária ressurgiu inicialmente para aqueles que estavam excluídos do mercado formal. Mas, a partir de meados da década de 1990, o cenário modifica-se, o “que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica da economia solidária” (2002a, p. 126).

Razeto (1993), citado por Lima (2008), define a economia solidária como:

[...] formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da

produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas (1993, p. 40).

Para Lima (2008), é no contexto de mudanças ocorridas na sociedade contemporânea que a economia solidária se fundamenta. Dessa premissa, argumenta que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento para organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. Portanto, práticas de trabalho antes reduzidas a práticas marginais se tornam visíveis e apresentam perspectiva emancipatórias.

Neste sentido, Chanial e Laville (2009) afirmam:

[...] Somente uma teorização que considere a solidariedade como um princípio de ação coletiva independente, distinto do agir instrumental e estratégico, tem condições de compreender a originalidade do que se expressa nas práticas associativas. A solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, pela busca das condições intersubjetivas da integridade pessoal, a lógica do interesse (2009, p. 21-22).

É nesta perspectiva analítica que Singer (1998) destaca a organização do trabalho em cooperativas como possibilidade de um novo modo de produção justo e solidário. Entretanto, não deixa de ressaltar as dificuldades desse processo num mercado competitivo, assim como o risco de elas se degenerarem.

Para um empreendimento solidário constituir-se, não pode haver separação estrutural entre o trabalho e a posse dos meios de produção. Trabalho e capital estão fundidos, porque aqueles que trabalham são proprietários. Apenas secundariamente há trabalhadores não-sócios. Dessa forma, Singer (2002, p. 83-84) elege a cooperativa de produção como modalidade elementar da economia solidária, acreditando que esta agrega características básicas que permitem práticas democráticas de gestão e decisões coletivas sobre o resultado apurado. Aquelas cooperativas que mantêm um quadro expressivo de trabalhadores assalariados não fazem parte dos empreendimentos solidários, porque há uma separação entre o capital e trabalho.

No entanto, as organizações da economia solidária não se restringem às cooperativas. Há diversas outras modalidades de empreendimentos associativos relacionados a um projeto alternativo de organização produtivo, social e político. Eles almejam constituir-se em espaços demarcados pela solidariedade daqueles que não se sentem incluídos no projeto da sociedade mercantil. Os estudos realizados demonstram que estes empreendimentos são regidos por uma racionalidade distinta da capitalista (GAIGER, 2007) e, além disso, constituem-se no interior dessas sociabilidades baseadas nos princípios de emancipação social.

5. Uma velha utopia: a emancipação social

As lutas sociais dos que se encontram em situação de subordinação e exploração reivindicam a emancipação social. Essas lutas são tão antigas quanto os processos de organização social que reproduzem relações desiguais, tanto nas dimensões socioeconômicas, quanto no acesso e exercício do poder político. Segundo Cattani (2009), emancipação social refere-se ao processo ideológico e histórico de liberação por parte de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais.

Emancipação social, ainda na análise de Cattani, vincula-se ao conceito de autonomia. Emancipar-se é tornar-se autônomo.

Uma comunidade política é emancipada, é livre, quando suas leis não são impostas por processos representativos, tutelares ou paternalísticos; é autônoma quando não obedece a regramentos subjetivos, adventícios ou arbitrários; é, verdadeiramente, emancipada, quando a lei maior é o bem comum, objetivo e universalizador (idem, 2009, p. 175).

Na sociedade moderna, a emancipação social foi teorizada amplamente no mundo do trabalho. Baseando-se na concepção de Marx, só teríamos a emancipação com o fim do trabalho alienado e seus corolários. A autonomia da classe trabalhadora que aliena a sua força de trabalho só seria conquistada com o fim da propriedade privada, fonte de dominação, em substituição pela propriedade coletiva dos meios de produção. Nesta

perspectiva, Cattani infere que “a comunidade de trabalho passa a ser livre e responsável pela definição dos rumos e do sentido da produção” (2006, p. 44).

Debatendo o problema da emancipação humana como restituição do mundo e das relações humanas aos próprios seres humanos, tal como pensada por Marx, Iasi (2007) afirma que é preciso a superação de três mediações essenciais: da mercadoria, do capital e do Estado. A mercadoria, porque assume a forma fantasmagórica de coisa, aparecendo independente das relações sociais que lhe dão origem; o capital, porque subordina o trabalho, e o Estado como aquele que representa os interesses dos capitalistas, apesar da intenção de expressar uma universalidade.

A emancipação humana, fim da pré-história da humanidade, exige a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu mundo. Para que a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie (IASI, 2007, p. 59).

A idéia de emancipação concebida a partir da superação do capitalismo propiciou a junção das práticas emancipatórias ao ideal do socialismo. Para Santos (2003),

Designar-se o conjunto das práticas emancipatórias por socialismo não tem outra legitimidade senão a que lhe advém da história, uma história de claros-escuros que, por não termos outra, não deve ser enjeitada, sob pena de ficarmos suspensos sobre um montão imenso de lixo histórico com a ilusão de não sermos nós próprios a parte vazia da clepsidra donde escorreu esse lixo. Porque a transformação emancipatória não tem teleologia nem garantia, o socialismo não é, à partida, nem mais nem menos provável que qualquer outro futuro (2003, p. 277).

Nessas condições, a noção de emancipação passa a ter uma conotação de processualidade. A luta pela autonomia amplia-se para todos os espaços estruturais da prática social, inclusive nas relações que não alcançaram o mesmo status de análise como a relação capital e trabalho. Emancipar-se não se restringe ao trabalho libertado e o fim da alienação, está presente também nas lutas das feministas, nos movimentos ecológicos, anti-racistas e de todos os que buscam superar relações de subalternidade.

É neste contexto que recentemente a emancipação social retornou a agenda de diversos segmentos marginalizados dos processos produtivos mercantis. Os adeptos da economia solidária advogam o caráter emancipatório das diversas experiências produtivas neste campo. O que inicialmente foi apresentado como uma alternativa para o quadro de desemprego provocado pela reestruturação do capital vem se revelando como nichos de experiências autogestionárias. Sobre as múltiplas manifestações solidárias, Cattani (2006) argumenta

[...] um fenômeno quantitativamente expressivo e politicamente surpreendente: nele, a autonomia e a emancipação social deixam de ser ideais utópicos, realizando-se concretamente apesar de todas as adversidades materiais e das oposições ideológica e política das forças econômicas dominantes (2006, p. 47).

Essa concepção ampliada da emancipação social nos permite concluir que esta se constitui nos processos de enfrentamento de qualquer tipo de dominação e subordinação. Seja ele, no campo econômico, defendendo a posse coletiva da gestão e do resultado do trabalho, quanto nas questões étnicas/raciais e de gênero. Superar qualquer forma de opressão é o verdadeiro horizonte de quem busca uma sociedade baseada na igualdade e solidariedade.

5.1 A emancipação social via autogestão

A autogestão é um modelo democrático e coletivo de gestão, embasado historicamente no ideário socialista, no qual a propriedade, as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos trabalhadores (NAHAS, 2006). O movimento cooperativista de Robert Owen, os falanstérios de Charles Fourier, a democracia industrial defendida por Proudhon e as Comunas de Paris são exemplos teóricos e práticos de experiências emancipatórias via práticas autogestionárias.

Analisando a autogestão como uma categoria política, Nahas (2006) observa que

[...] a autogestão, em seu sentido pleno ou macrossocial, representa uma ruptura e uma revolução paradigmática, pois trata de um sistema de

organização de toda a sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexiste a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, o Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa proposta revolucionária, a autogestão não se resume aos limites das empresas, mas é um projeto global de sociedade (2006, p. 37).

Nesse projeto, os trabalhadores autogestionários dirigem suas atividades laborais e o resultado delas, mas também lutam para democratizar outros espaços de sociabilidade, visando a uma sociedade em que todas as decisões sejam tomadas pela coletividade. É nesta perspectiva que a autogestão torna-se o elemento singular dos empreendimentos do campo da economia solidária.

A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo lugar porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer (SINGER; SOUZA, 2003, p. 20).

A autogestão proposta pela economia solidária não se limita à gestão coletiva do empreendimento, ela visa à democratização das tarefas, dirimindo a divisão entre trabalho manual e intelectual, motivando os trabalhadores a participarem das instâncias coletivas de decisão, em parceria com outros empreendimentos, visando à eficiência e sustentabilidade do projeto. Por isso Singer (2002a) alerta:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (2002a, p. 21).

A questão é que os trabalhadores não têm vivência autogestionária e o cotidiano dos empreendimentos, particularmente das cooperativas, demonstra que em tese a autogestão garante um processo de emancipação, porém, na prática, essa gestão coletiva enfrenta obstáculos frente à participação efetiva dos sócios. Esta ainda é restrita aos grupos de direção ou aos conselhos de administração. Ainda segundo Singer, “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (2002a, p. 19). Não obstante, esses limites não retiram o potencial emancipatório das práticas autogestionárias. Essas práticas estão possibilitando processos de emancipação social por meio do ressurgimento de cooperativas que buscam superar qualquer forma de exploração e subordinação.

6. O perfil das cooperativas de trabalho mapeadas pela SENAES

Dos 21.855 empreendimentos mapeados pela SENAES, 2.111 são cooperativas. Elas correspondem a 9,7% do total pesquisado. Como o objeto empírico dessa pesquisa são as cooperativas que geram trabalho e renda para seus associados, realizamos um filtro, excluindo aquelas que não têm sócios trabalhando ou que atuem no empreendimento; que não realizam de forma coletiva a produção, a prestação de serviço ou o trabalho. Com este filtro, dispomos de um banco de dados com 1.257 empreendimentos aqui denominados de cooperativas de trabalho da vertente solidária⁷.

Do universo pesquisado, 93,4% das 1.257 cooperativas analisadas estavam funcionando no período de realização do mapeamento entre 2005 e 2007. Dessas, 41,5% foram criadas na década de 90; e 48,9%, na primeira década do novo milênio. Nos últimos dois decênios, foram criadas 90,4% das cooperativas mapeadas como empreendimentos da economia solidária. Esse crescimento vertiginoso pode ser explicado, como hipótese, devido ao fortalecimento das alternativas no meio popular para o enfrentamento ao desemprego, ao cenário político-ideológico após a queda do muro de Berlim, que impulsionou novas formas de resistência, a rede de apoio constituída pelas Incubadoras de Cooperativas Populares nas

⁷ Não estamos desconsiderando que esta denominação agrupa um conjunto muito heterogêneo. Com a elaboração do perfil das cooperativas, pretendemos apontar as similitudes e as diferenças entre os diversos tipos de cooperativas que compõem o Mapeamento.

Universidades, a atuação das Caritas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e aos governos populares.

A representação geográfica das cooperativas de trabalho demonstra uma mudança na prática cooperativa nas regiões. O Sul historicamente tem uma cultura cooperativista e continua liderando com o maior percentual, de 28,4%. O Nordeste aparece em segundo lugar, com 27%, demonstrando uma mudança na prática cooperativista na região tradicionalmente relacionada às relações de dominação dos grandes fazendeiros. O Sudeste, o mais industrializado do país, vem em terceiro, com 24%. Esses dados não são suficientes para afirmar que há uma nova concepção de cooperativas no Nordeste e uma redução desse tipo de empreendimento no Sudeste. Uma análise qualitativa pode aprofundar as razões dessas transformações.

Quanto às áreas de atuação das cooperativas, há uma concentração no urbano, com 49,7%, enquanto 28,8% ficam entre o urbano e o rural, e 21,4% são exclusivamente rurais. Essas estatísticas vão de encontro ao banco de dados da OCB que, com base no anuário de 2007, infere que o retrato do cooperativismo brasileiro ainda é rural. Tal singularidade da vertente solidária evidencia, a princípio, que a ascensão dessas cooperativas no meio urbano demonstra a vitalidade das camadas populares na busca de alternativas aos processos de exclusão e desemprego.

O impacto dessas cooperativas na reconfiguração do trabalho é ambivalente. Dos percentuais válidos, o motivo principal para a criação do empreendimento foi o desemprego, para 39,4%. Essa constatação reforça a tese que apresenta a economia solidária como alternativa à geração de trabalho e renda. Não obstante, é altamente significativo que o segundo motivo mais citado seja obter maiores ganhos num empreendimento associativo, com 23,5%. Esse segundo dado nos permitiria trabalhar com a hipótese de que há uma escolha consciente por um formato de produção alternativo, baseado em valores de cooperação e de solidariedade.

Ao escrutinar as demais motivações para a criação das cooperativas, considerando que o questionário do Mapeamento permitiu apontar até três respostas por ordem de importância, o desemprego ainda se destaca entre os que têm maiores percentuais somados, com 55%. Logo depois vem obter maiores ganhos em um empreendimento associativo com

40,6%, seguido de perto por desenvolver uma atividade em que todos sejam donos, com 39,5%, e o quarto que acumula maior percentual, uma fonte complementar de renda para os associados, com 34,3%.

O aprofundamento das razões que levaram à criação das cooperativas demonstra que o surgimento destas está relacionado ao quadro de desemprego enfrentado pelos trabalhadores nas décadas de 1990 e 2000. Porém, não deixa de ser sugestivo que duas das razões secundárias estejam voltadas para princípios associativos e autogestionários.

As condições efetivas dos direitos e benefícios dos trabalhadores ainda não permitem uma resposta categórica quanto às potencialidades de esses empreendimentos se constituírem em alternativa ao trabalho assalariado, via constituição do trabalho associado. Apesar de serem espaços democráticos de participação e decisão dos sócios, com 87,1% das cooperativas utilizando-se de assembleias, 75,8% delas não estão conseguindo garantir remuneração fixa aos sócios que trabalham. Este índice tão elevado pode ser explicado, inicialmente, porque 20,9% recebem por horas trabalhadas e 53,5% são remunerados por produto ou produtividade. Esses dados nos permitem inferir que uma parte significativa dos sócios que trabalham não o faz necessariamente em regime integral. Além disso, 11,1% declararam não estar conseguindo remunerar os sócios trabalhadores e somente 0,3% dos sócios trabalham sem pagamentos, seja como voluntários ou remuneração via autoconsumo.

Quanto aos direitos sociais, apenas 15,1% das cooperativas afirmam remunerar nas férias; 29,5% garantem qualificação profissional como benefícios e direitos. Para 39,9% delas, não há garantias, benefícios e direitos para os sócios que trabalham. Para as cooperativas que estão conseguindo remunerar mensalmente os sócios trabalhadores, 75,9% recebiam até dois salários mínimos vigente em 2007.

Quanto à representação por gênero, as cooperativas que têm de 1 a 30 homens sócios trabalhando somam 68,9%, enquanto as das mulheres com o mesmo quadro de trabalhadoras são 71,1%. Já as maiores cooperativas com 501 a 2000 homens somam 0,6% e as mulheres somente 0,1%. Esse dado explicaria um número superior de sócios homens no âmbito geral das cooperativas e de todos os empreendimentos da economia solidária no Brasil.

Das 1.257 cooperativas analisadas, 32,9% possuem trabalhadores não-sócios. Entre aquelas que são empregadoras, 47,6% têm contratação permanente, 37,7% são temporários e

14,7% contratam por ambas as modalidades. As atividades desenvolvidas são diversas, desde administração, secretaria, contabilidade, finanças, gerência, assessoria, consultoria, manutenção e serviços gerais, representação comercial, vendas, comunicação, até trabalho na produção.

Quanto aos tipos de vínculos dos trabalhadores não-sócios com as cooperativas, 16,4% são formais, ou seja, assalariados; 16,7% têm prestação de serviços remunerada; 2,1% são estagiários e apenas 1,8% não têm vencimentos. A remuneração desses trabalhadores é variada. Não temos dados sobre a carga horária de cada função, a qualificação profissional, entre outros, que nos ajudaria a dimensionar o valor percebido. Então, ressaltamos o maior percentual entre as faixas salariais praticadas. Nos itens gerência, assessoria e consultoria, se paga até meio salário mínimo vigente em 2007 para 43,7%, o mesmo valor para 54,5% da representação comercial e comunicação. Paga-se de um a dois salários à área administrativa e financeira com 33%, como também para a manutenção e serviços gerais com 37,8%.

Essas estatísticas não nos permitem inferir se os direitos dos trabalhadores não-sócios estão sendo observados. A ausência de indicadores que respondessem pelos benefícios nos impõe limites nas análises. Contudo, fica evidente que as cooperativas que compõem esse banco de dados têm no quadro laboral um grande número de trabalhadores associados, ou seja, sócios que trabalham no empreendimento apesar dos limites para garantir direitos sociais.

Entender os limites dessas cooperativas em garantir os direitos aos seus trabalhadores sócios exige uma análise macro das condições de funcionamento no mercado capitalista, o que não foi possível nesse momento; porém, há indícios para visualização das dificuldades. As cooperativas estão inseridas na lógica de produção e comercialização capitalista. Para garantir a produtividade e a contratação dos seus serviços, esbarram no processo de reprodução global do capital.

O fim do trabalho assalariado e da subordinação do trabalhador ao empregador está superado em relação ao contrato. Todavia, a viabilidade econômica da cooperativa no capitalismo exige inúmeras vezes a adoção da lógica mercantil para garantir sua sobrevivência. Um exemplo concreto é a dificuldade de comercialização dos produtos ou serviços para 61,1% delas.

As peculiaridades das cooperativas não as isentam da carência de investimentos. Cerca de 60,5% iniciaram suas atividades com recursos dos próprios sócios e somente 19,9% tiveram acesso a algum tipo de financiamento. Por outro lado, 54% afirmam que não obtiveram crédito; mas entre aquelas que conseguiram financiamento, 52,4% estão com os pagamentos em dia. Das 1.257 cooperativas analisadas, 74,6% declaram a necessidade de financiamento com a finalidade de custeio ou capital de giro e investimento. Entretanto, 50,7% enfrentam ou já enfrentaram dificuldades para obtenção de crédito.

Atualmente há diversas políticas de incentivos para o financiamento popular através dos bancos públicos e das cooperativas de crédito. Todavia, as dificuldades de acesso ao crédito para os pequenos e médios empreendimentos persistem. Dentre as mais citadas estão a falta de garantia ou aval, taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento e prazos de carência inadequados a sua realidade. Ainda assim, 58,9% das cooperativas afirmaram ter feito algum tipo de investimento nos últimos 12 meses.

Construir o perfil das cooperativas de trabalho e produção da vertente solidária, a partir de dados quantitativos, possibilita um retrato mais fiel das possibilidades e dilemas dessas alternativas para aqueles que buscam reconfigurar o trabalho. Esse processo em construção vem demonstrando as ambiguidades da prática, em face do que é defendido como projeto político para as cooperativas e da concorrência que sofrem no mercado. Não obstante, há peculiaridades nessas cooperativas que destoam em relação as suas congêneres no país.

O crescimento da economia solidária propiciou a inclusão das cooperativas em espaços de sociabilidade política. Do subconjunto investigado, 57,6% participam de rede ou fórum de articulação, 50,7% têm relação com movimentos sociais e populares e 56,1% desenvolvem alguma ação social ou comunitária. Esses dados reafirmam pesquisas anteriores que concluem existir uma outra lógica nesse tipo de empreendimento para além dos interesses utilitaristas (GAIGER, 2006; SANTOS, 2002).

Com base na análise realizada até então, não é possível elaborar um perfil categórico das cooperativas da vertente solidária. Ainda há muito que fazer, como: cruzar os dados para perceber se as cooperativas que garantem os benefícios sociais, remuneração fixa são democráticas; se têm acesso a financiamento, as principais atividades econômicas, se

colocam em prática a dimensão política, dentre outros. Enfim, o banco de dados continuará sendo manuseado na pesquisa doutoral em curso. Não obstante, baseando-se nesta notas preliminares, se deduz que as cooperativas se caracterizam por práticas democráticas e sérias dificuldades em garantir benefícios e direitos sociais.

7. Referências

- ANJOS, Eliene. *As singularidades das cooperativas autênticas*. Trabalho apresentado ao GT 30 no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, julho de 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensão da precarização estrutural do trabalho. In: *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-22.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. *Ensaio de Cooperativa*. Série didática. 1998.
- _____. *Aspectos econômicos das cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos Editoras, Série Cooperativismo, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- BUBER, Martin. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.
- CATTANI, David. (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- _____; HOLZMANN, Lorena. (orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2006.
- _____. *Emancipação Social*. In: *Dicionário internacional da outra economia*. HESPANHA et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 175-180.
- CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: *Dicionário internacional da outra economia*. HESPANHA, Pedro et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 21-25.
- CORAGGIO, Jose. L. Uma perspectiva alternativa para la economia social: De la economia popular e a la economia del trabajo. In: *La economia social desde la periferia*. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007, p. 165-194.

DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. São Paulo: Boitempo, 2007.

GAIGER, Luiz. I. Eficiência. In: *Dicionário internacional da outra economia*. CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 169 -74.

_____. Empreendimento econômico solidário. In: *Dicionário internacional da outra economia*. HESPANHA et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 181-186.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 79, RC, CS, Centro de Estudos Sociais – CES, dezembro de 2007.

_____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, no.2, Agosto de 2006.

_____. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

_____. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em: <http://www.ecosol.com.br/publicacoes>. Acessado em 24 de agosto de 2004b.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HESPANHA, Pedro. et al (org). *Dicionário internacional da outra economia*. CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009.

IASI, Mauro. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAVILE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz. Economia solidária. In: *Dicionário internacional da outra economia*. HESPANHA et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 162-169.

LIMA, Jacob. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. Cooperativas falsas ou cooperagatos. In: CATTANI, D.; HOLZEMANN, L. (orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2006, p. 71-77.

_____. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado*. Ver. Brás. CI. Soc: São Paulo, v. 19, no. 56, Out. 2005.

_____. O trabalho nas cooperativas: dilemas e perspectivas. In: *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização*. DRUCK, G; FRANCO, T. (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 125-146.

_____. Cooperativas de trabalho. In: *Dicionário internacional da outra economia*. HESPANHA et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 91- 95.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª edição, 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, 1980, v. I.

_____. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Primeiro Manuscritos, parte final, in Marx/Engels, História Fernandes, F. (org). São Paulo: Ática. 1983.

MÉDA, Dominique. *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século, 1999.

NAHAS, Valeska G. Autogestão. In: *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. CATTANI, D; HOLZMANN. L. (orgs). Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2006, p. 36-43.

PIRES, Maria. L. L. S. *O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do Quebec*. Recife: Editora Massangna, 2004.

RODRIGUEZ, Cesar. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção na capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p 329-368.

SANTOS, Boaventura. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 13-23 e 51-92.

_____. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER & LAUSCHNER, R. Evolução e Situação Atual do Cooperativismo Brasileiro. In: *O Cooperativismo no Brasil: Enfoques, análises e contribuição*. Rio Grande do Sul: Friedrich Naumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979, p. 1-58.

SILVA, S. C. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização*. DRUCK, G; FRANCO, T. (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 147- 166.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p. 81-130.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____, SOUZA, André R. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Uma utopia militante: Repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998b.

Sistema OCB. *Anuário do cooperativismo brasileiro*. 2008.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. Introdução. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. TIRIBA, L; PICANÇO I. (org). Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004, p. 19-32.

VIEITEZ, Candido G; DAL RI, Neusa M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.